



Sociedade Portuguesa de
CARDIOLOGIA

**REGULAMENTO DO
PROGRAMA DE ACREDITAÇÃO
DE REUNIÕES CIENTÍFICAS
(PARC)
Outubro de 2013**

Regulamento

Preâmbulo

A vastidão da investigação anualmente produzida no campo da Cardiologia e da Medicina Cardiovascular e o frequente lançamento de recomendações por parte das sociedades científicas, criaram a necessidade de actualização permanente dos conhecimentos dos médicos especialistas ou em período de formação.

Com o intuito de promover a frequência de reuniões científicas com credibilidade e contabilizar o tempo que os seus sócios despendem anualmente na participação em actividades científicas de âmbito nacional promovidas pelos seus Grupos de Estudo, Associações e Núcleos, a SPC lança este programa de créditos formativos, a título experimental e por um período de 5 anos.

Estes créditos formativos deverão somar-se aos obtidos nas reuniões de carácter internacional, realizadas em Portugal e no estrangeiro, como os Congressos Português e Europeu de Cardiologia, que já são acreditadas pelo European Board for the Accreditation in Cardiology (EBAC).

Na Europa, a EBAC que é uma “*joint venture*” entre a Secção de Cardiologia da União Europeia dos Médicos Especialistas (UEMS) e a Sociedade Europeia de Cardiologia, presidida por um membro do colégio de Cardiologia da UEMS. Integra ainda representantes da Associação Europeia de Cardiologia Pediátrica, das Sociedades Europeias de Hipertensão e de Aterosclerose, bem como representantes dos “*councils*” dos técnicos e dos enfermeiros da Sociedade Europeia de Cardiologia.

Em Portugal, a Ordem dos Médicos tem vindo a apreciar e a conceder o patrocínio científico a reuniões científicas realizadas no País desde há vários anos, sem quantificar nem contabilizar os créditos formativos obtidos pelos participantes e não manifestou interesse em estabelecer uma estrutura nacional semelhante à EBAC.

Desejando contribuir para o lançamento de uma futura estrutura nacional de acreditação, com responsabilidade na acreditação de reuniões científicas no âmbito da Medicina Cardiovascular, a SPC assume o pioneirismo de lançar este programa a nível nacional com incidência exclusiva sobre as reuniões organizadas no seu seio e destinada apenas aos seus sócios, adoptando critérios de classificação e de funcionamento semelhantes aos da EBAC.

A SPC deseja que a sua experiência culmine com a criação de um programa nacional semelhante ao da EBAC, envolvendo o Colégio de Especialidade de Cardiologia da Ordem dos Médicos e as Sociedades Científicas da área Cardiovascular.

O actual regulamento será revisto no final do período experimental, ou mais cedo se a avaliação o aconselhar. Nesta altura, a acreditação poderá estender-se a outras formas de formação, como e-cursos, artigos científicos ou outras, e, constituir-se como a base de um

futuro processo nacional de certificação e de re-certificação periódica dos cardiologistas ou de sub-especialistas em Cardiologia.

Artigo 1º **Âmbito da intervenção**

A quantificação e registo dos tempos formativos frequentados incidirão apenas sobre as reuniões científicas de âmbito nacional, promovidas directamente pela direcção da SPC, pelas suas Associações, Grupos de Estudo e Núcleos.

Ficam excluídas do actual processo experimental:

- a) As reuniões de âmbito local, como as promovidas pelos Serviços de Cardiologia do país que não serão objecto de acreditação no contexto do PARC embora lhes seja recomendado requerer o patrocínio científico da Ordem dos Médicos e da SPC se o desejarem.
- b) As reuniões de âmbito internacional que serão objecto de Acreditação pela EBAC.
- c) Outros modos de formação, tal como e-cursos, DVD ou CD-Rom e artigos científicos.

Artigo 2º **Submissão para acreditação**

1. Compete à comissão organizadora do evento científico a submissão do programa, através de plataforma informática específica, propriedade da SPC, até 45 dias úteis antes da data prevista para a reunião científica.

Para o efeito, o promotor da reunião científica deverá solicitar atempadamente credenciais para obter o acesso electrónico à plataforma informática que suportará o programa de acreditação da SPC.

2. Compete à comissão organizadora do evento providenciar o controlo de acesso às salas.

3. A acreditação de eventos científicos não envolve custos para as organizações requerentes.

Artigo 3º **Acreditação do evento científico**

1. A atribuição dos créditos formativos é da responsabilidade exclusiva da Comissão do PARC.

2. O coordenador da Comissão, informará por e-mail o promotor dos créditos obtidos pela reunião no prazo máximo de 10 dias úteis.

3. O promotor só poderá incluir no programa da reunião a informação relativa à acreditação pela SPC e aos créditos obtidos pela reunião, após ter recebido a resposta formal do coordenador da Comissão.

4. Só serão atribuídos créditos a reuniões científicas em que esteja previamente previsto e em que seja realizado controlo de entrada nas salas.
5. Os créditos obtidos pelos participantes só serão definitivamente contabilizados e atribuídos a cada participante, após terem sido recebidos e analisados pela Comissão: os formulários de avaliação das sessões da reunião devidamente preenchidos pelos participantes (anexo 1) e o relatório final da reunião da responsabilidade do organizador do evento (anexo 2).

Artigo 4º **Atribuição dos créditos formativos SPC**

1. Os créditos formativos serão atribuídos pela Comissão do PARC, após avaliação do programa realizada por dois vogais, confirmada pelo coordenador ou por outro membro por ele designado.
2. Compete ao coordenador a decisão final nos casos em que não haja coincidência na apreciação dos vogais e a informação ao requerente da decisão tomada pela Comissão, utilizando a plataforma electrónica específica.
3. Em caso de dúvida, a Comissão poderá contactar formalmente o promotor do evento científico para obter esclarecimentos. O tempo de resposta para atribuição dos créditos ficará interrompido até ser recepcionada a resposta na Comissão.
A Comissão poderá sugerir alterações ao programa da reunião científica ou recusar a atribuição de créditos no seu todo ou em parte, se não estiver de acordo com as normas do presente regulamento.
4. A Comissão é autónoma e soberana na atribuição dos créditos formativos e as suas decisões não estão sujeitas a recurso para qualquer órgão da SPC.

Artigo 5º **Cálculo dos créditos formativos SPC**

1. Os créditos formativos serão atribuídos à razão de um crédito por 60 minutos de formação participada, até ao máximo de 3 créditos por meio-dia de formação ou de 6 créditos por dia de formação.
2. Os créditos formativos relacionados com uma determinada sessão de formação só serão atribuídos aos participantes que entrarem na sala até 15 min após o início da sessão.
3. No caso de Cursos com prova de avaliação, deverá somar-se o tempo lectivo ao da prova de avaliação. A aprovação no curso não será valorizada no âmbito deste programa.

4. Não será objecto de acreditação qualquer sessão ou intervenção com interesses ou objectivos comerciais, como os *simposia* promovidos pela indústria farmacêutica ou de equipamentos, assim como as que sofram influências no seu programa de entidades não médicas, como associações representativas de doentes ou do Estado. As sessões de comunicações livres, na forma oral ou de cartaz, também não serão alvo de acreditação.

5. As reuniões científicas patrocinadas pela indústria farmacêutica ou de equipamentos não serão excluídas do processo de acreditação, desde que o apoio seja fornecido sem condições, nomeadamente em relação ao conteúdo do programa ou à escolha de intervenientes.

Artigo 6º

Acreditação de reuniões após alterações de programa

Serão descontados os créditos inicialmente atribuídos a sessões de programas científicos cujo conteúdo for alterado após a Comissão do PARC ter atribuído créditos formativos, excepto nos casos em que seja requerida pela Comissão Organizadora do evento e seja possível realizar atempadamente a reclassificação.

Artigo 7º

Comissão de Acreditação de Reuniões Científicas

1. A Comissão será composta por 5 sócios da SPC de reconhecido mérito científico, um dos quais será o coordenador, nomeados pela Direcção da SPC por um período de 2 anos.

2. Os membros dos órgãos dirigentes da SPC, designadamente os que integram a direcção da SPC e das associações profissionais, bem como a coordenação dos grupos de estudo e núcleos não poderão integrar a Comissão.

3. No caso de abandono de funções por parte de qualquer dos membros da Comissão, compete à Direcção da SPC a designação do membro substituto que cessará funções no final do mandato dos outros membros da comissão.

4. O mandato dos membros da Comissão só poderá ser renovado uma vez.

Artigo 8º

Certificados de créditos formativos

1. Os créditos formativos obtidos pelos participantes de uma reunião científica deverão constar do Certificado de Participação e serão registados na área pessoal do portal.

2. A Comissão do PARC emitirá certificados de créditos relativos a períodos de um ano ou a outros intervalos, como os 5 anos do internato, discriminados pelas reuniões participadas, sempre que o sócio o solicitar.

Artigo 9º
Equivalência de créditos formativos

1. O sócio pode acumular os créditos da EBAC ou da AMA com os da SPC, para fins curriculares se o desejar. Um crédito formativo SPC é considerado equivalente a um crédito EBAC ou AMA
2. A SPC só contabilizará no seu registo os créditos EBAC obtidos em reuniões realizadas em território nacional.

Artigo 10º
Demonstração voluntária de empenho na actualização de conhecimentos

1. Recomenda-se que cada sócio acumule anualmente 25 créditos ou 125 em 5 anos, obtidos em diferentes áreas da cardiologia, para demonstrar empenho na sua actualização de conhecimentos.
2. Apesar de se reconhecer que a Educação Contínua é uma obrigação ética e moral de todos os médicos especialistas, a adesão ao presente programa é voluntária.